

Samuel Miranda Mattos
Açucena Leal de Araújo
(Organizadores)

MOVIMENTO HUMANO, SAÚDE E DESEMPENHO

2



Samuel Miranda Mattos
Açucena Leal de Araújo
(Organizadores)

MOVIMENTO HUMANO, SAÚDE E DESEMPENHO

2



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Movimento humano, saúde e
desempenho**
2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Samuel Miranda Mattos
Açucena Leal de Araújo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M935 Movimento humano, saúde e desempenho 2 [recurso eletrônico] /
Organizadores Samuel Miranda Mattos, Açucena Leal de Araújo.
– Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-282-1

DOI 10.22533/at.ed.821201308

1. Educação física – Pesquisa – Brasil. 2. Movimento humano.
3. Saúde. I. Mattos, Samuel Miranda. II. Araújo, Açucena Leal de
CDD 613.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A adesão à prática de atividade física tem contribuído para o Movimento Humano e repercutido positivamente em seu estado de Saúde e Desempenho frente ao atual cenário de globalização. A prática de atividade física regular é vista como benéfica no enfrentamento aos principais vilões do século XXI, como o sedentarismo, a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis.

O livro Movimento Humano, Saúde e Desempenho está dividido em dois volumes, volume I e volume II, apresentando as principais contribuições acerca dos assuntos de exercício físico, atividade física e promoção da saúde, com o propósito de gerar reflexões ao leitor. Ao decorrer da leitura, podemos perceber a pluralidade de pesquisas no âmbito nacional sendo realizada de diferentes formas e olhares por pesquisadores renomados.

Então, sejam bem-vindos a apreciarem os estudos abordados e esperamos que este livro contribua de forma significativa para sua vida acadêmica, profissional e também social.

Samuel Miranda Mattos
Açucena Leal de Araújo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FISIOPATOLOGIA DA DOENÇA DE PARKINSON: REVISÃO DE LITERATURA	
Naime Diane Sauaia Holanda Silva	
Débora Luana Ribeiro Pessoa	
Bruno Araújo Serra Pinto	
Consuelo Penha Castro Marques	
André Costa Tenorio de Britto	
João de Jesus Oliveira Junior	
Marilene Oliveira da Rocha Borges	
Antonio Carlos Romão Borges	
DOI 10.22533/at.ed.8212013081	
CAPÍTULO 2	12
IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS DE AMBULÂNCIA EM CURSOS MILITARES DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E APTIDÃO FÍSICA	
Clemilson da Silva Barros	
Cristian Henrique Ribeiro Silva	
Járede de Jesus Silva Souza Jacinto	
Josivan Pereira Costa	
Raírllyson Matos Aguiar	
Thaiana Silva Baldez	
DOI 10.22533/at.ed.8212013082	
CAPÍTULO 3	23
INTEGRIDADE NA ANTIDOPAGEM ESPORTIVA: UMA ANÁLISE SOBRE UM CLUBE ESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS	
Emily Kohler	
Marco Aurélio da Cruz Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8212013083	
CAPÍTULO 4	41
OSTEOPOROSE, COMPORTAMENTO E DIAGNÓSTICO	
Anderson Gonçalves Passos	
Elias Rocha de Azevedo Filho	
Thalita Lauanna Gonçalves da Silva Ferreira	
Jânio Carlos Fagundes Junior	
Ludimila Sousa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.8212013084	
CAPÍTULO 5	50
O USO DA REALIDADE VIRTUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Mariana Caramore Fava	
Bruno Barbosa Rosa	
Danielle de Freitas Gonçalves	
Juliana Ribeiro Gouveia Reis	
Patrícia Cruz Borges	
Walter Alves Taveira Neto	
Javier Tejero Perez	
Maria Georgina Marques Tonello	
DOI 10.22533/at.ed.8212013085	

CAPÍTULO 6 61

PERCEPÇÃO DE SAÚDE ASSOCIADA AO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E COMPORTAMENTO SEDENTÁRIO EM ADOLESCENTES

Caio César da Silva Moura Santos
Marcelo Gomes Lima Valença
Marilande Vitória Dias Rapôso
Cyro Rego Cabral Junior
José Jean de Oliveira Toscano

DOI 10.22533/at.ed.8212013086

CAPÍTULO 7 70

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E NUTRICIONAL DE ATLETAS DO PROJETO VIVA ATLETISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Léon Ramos Picanço
Carina dos Santos Reis
Dilson Rodrigues Belfort
Tatiana do Socorro dos Santos Calandrini
Nely Dayse Santos da Mata
Luzilena de Sousa Prudêncio
Rosemary Ferreira de Andrade
Rubens Alex de Oliveira Menezes

DOI 10.22533/at.ed.8212013087

CAPÍTULO 8 82

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E NUTRICIONAL DOS ATLETAS DA SELEÇÃO AMAPAENSE DE TAEKWONDO

Léon Ramos Picanço
Carina dos Santos Reis
Dilson Rodrigues Belfort
Tatiana do Socorro dos Santos Calandrini
Nely Dayse Santos da Mata
Luzilena de Sousa Prudêncio
Rosemary Ferreira de Andrade
Rubens Alex de Oliveira Menezes

DOI 10.22533/at.ed.8212013088

CAPÍTULO 9 93

PERFIL CLÍNICO, ESTADO CINESIOLÓGICO-FUNCIONAL E QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES SUBMETIDOS À REVASCULARIZAÇÃO DO MIOCÁRDIO

Robert Douglas Costa de Melo
Karen Evelin Pedroso de Sousa
Fernanda de Araújo Oliveira
Renê Augusto Gonçalves e Silva
Ygor Yupanqui Oliveira Valente
Daliane Ferreira Marinho
Leonardy Guilherme Ibrahim Silvestre

DOI 10.22533/at.ed.8212013089

CAPÍTULO 10 106

PERFIL COMPORTAMENTAL DE ADOLESCENTES PRATICANTES DO JUDÔ E FUTEBOL EM PROJETOS SOCIAIS

Flávio Roberto Pelicer
Victor Lage
Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki
Carlos Eduardo Lopes Verardi

CAPÍTULO 11 115

PERFIL DA IMAGEM CORPORAL DE CRIANÇAS DE 4 A 10 ANOS REPRESENTADAS EM DESENHO CORPORAL

Renata Carmo de Assis
Gabriel Oliveira de Assis
Leandro Nascimento Borges
Pedro Henrique Silvestre Nogueira
Antônio Carlos de Sousa
Maria Petrília Rocha Fernandes
Mabel Dantas Noronha Cisne
Jean Silva Cavalcante
Maria Neurismar Araújo de Souza
Aline Soares Campos
Symon Tiago Brandão de Souza
Roberta Oliveira da Costa

DOI 10.22533/at.ed.82120130811

CAPÍTULO 12 127

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM MINICURSO SOBRE DOENÇAS DE IMPACTO À SAÚDE DO VIAJANTE: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Daniel Madeira Cardoso
Pollylian Assis Madeira
Isabel Mendes Lima
Milena Beatriz Silva Loubach
Virgínia Pirâmides Coura Martins de Loyola
Pauline Martins Leite

DOI 10.22533/at.ed.82120130812

CAPÍTULO 13 140

RESIDÊNCIA INTEGRADA EM SAÚDE (RIS-ESP/CE) NA QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Eduardo Augusto de Carvalho Lira
Ana Sávia de Brito Lopes Lima e Souza
Alan Raymison Tavares Rabelo

DOI 10.22533/at.ed.82120130813

CAPÍTULO 14 144

RESPOSTAS FISIOLÓGICAS E PERCEPTIVAS DO TREINAMENTO DE FORÇA COM RESTRIÇÃO DO FLUXO SANGUÍNEO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE FAIXA NÃO ELÁSTICA E TORNIQUETE PNEUMÁTICO

Jorge Luiz Duarte de Oliveira
Rhaí André Arriel
Ludson Caiã Xavier Soares
Jeferson Macedo Vianna

DOI 10.22533/at.ed.82120130814

CAPÍTULO 15 157

PERFIL DA APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE E AO DESEMPENHO MOTOR DE CRIANÇAS DE PORTO ALEGRE - RS

Augusto Pedretti
Júlio Brugnara Mello
Fernando Vian
Miguel Angelo dos Santos Duarte Junior

Marcelo Otto Teixeira
Anelise Reis Gaya
Adroaldo Cezar Araujo Gaya

DOI 10.22533/at.ed.82120130815

CAPITULO 16 172

TRANSIÇÃO DOS RANKINGS NOS 100 METROS RASOS NAS DIFERENTES CATEGORIAS DO ATLETISMO BRASILEIRO: UMA DÉCADA DE ANÁLISE

Moises Antônio Cardoso Ferreira
Dilson Rodrigues Belfort
Rodrigo Coutinho Santos
Alisson Vieira Costa
José Rodrigo Sousa de Lima Deniur
Gizelly Coelho Guedes
Marcela Fabiani Silva Dias
Rubens Alex de Oliveira Menezes

DOI 10.22533/at.ed.82120130816

CAPÍTULO 17 186

COMPARAÇÃO DE ALTURA E POTÊNCIA EM SALTOS VERTICAIS ENTRE MULHERES JOVENS ADULTAS, PRÉ-IDOSAS E IDOSAS

Samuel Klippel Prusch
Igor Martins Barbosa
Vinícius da Silva Lessa de Oliveira
Eduardo Porto Scisleski
Luiz Fernando Cuzzo Lemos
Bruna Montardo Appel
Aline Pacheco Posser
Daniel Jonathan de Amorim
Thalía Petry
Uriel Tolfo Zanini
Rafael Rocha de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.82120130817

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 197

ÍNDICE REMISSIVO 198

INTEGRIDADE NA ANTIDOPAGEM ESPORTIVA: UMA ANÁLISE SOBRE UM CLUBE ESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS

Data de aceite: 01/08/2020

Data de Submissão: 04/06/2020

Emily Kohler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFGRS)

Porto Alegre – RS

<http://lattes.cnpq.br/9181137437841870>

Marco Aurélio da Cruz Souza

Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)

Brusque – SC

<http://lattes.cnpq.br/9388759126062963>

RESUMO: Este estudo teve por objetivo analisar como um clube esportivo do município de Porto Alegre/RS (Brasil) se organiza a fim de garantir a integridade na antidopagem de sua instituição. Sua abordagem é qualitativa, com o objetivo exploratório e descritivo. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um gestor e dois coordenadores do clube, responsáveis pela garantia da integridade na antidopagem da instituição. A partir dos dados coletados, pôde-se identificar uma estrutura organizacional para a antidopagem, com políticas e ações articuladas entre o departamento médico e o departamento de esportes do clube. A centralidade de

suas atividades está na educação e na conscientização para a antidopagem esportiva, contudo, sem um planejamento específico para que tais propostas se efetivem. Além disso, as ações preventivas são destinadas, em sua maioria, para atletas e treinadores de maior nível competitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Doping. Antidopagem. Integridade esportiva. Gestão Esportiva.

INTEGRITY IN SPORTING ANTIDOPAGE: AN
ANALYSIS OF A SPORT CLUB OF PORTO
ALEGRE/RS (2019)

ABSTRACT: This study aimed to analyze how a sports club in the city of Porto Alegre/RS (Brazil) is organized in order to guarantee the integrity of its institution's anti-doping. Its approach is qualitative, with an exploratory and descriptive objective. For this, semi-structured interviews were conducted with a manager and two club coordinators, responsible for ensuring the integrity of the institution's anti-doping. From the data collected, it was possible to identify an organizational structure for anti-doping, with policies and actions articulated between the medical department and the sports department of the club. The centrality of its activities is in education and awareness for sports anti-doping,

however, without specific planning for such proposals to take effect. In addition, preventive actions are mostly aimed at athletes and coaches of a higher competitive level.

KEYWORDS: Doping. Antidoping. Sport Integrity. Sports management.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo teve como temática central a integridade na antidopagem esportiva: uma análise sobre a organização de um clube esportivo de Porto Alegre/RS (2019). A priori, propôs-se desvelar o contexto sob o qual a problemática emergiu, sendo a partir de dois acontecimentos envolvendo em âmbito mundial, denúncias acerca de um esquema de *doping* orquestrado na Rússia e, no Brasil, críticas ao departamento *antidoping* dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016.

Em dezembro de 2014, o Comitê Olímpico Internacional (COI) divulgou em seu site institucional a Agenda Olímpica 2020, como “roteiro estratégico para o futuro do Movimento Olímpico” (COI, 2014, p.14). De acordo com esta organização esportiva, as 40 recomendações contidas nela, são “como peças de um quebra-cabeça que, quando juntas, formam uma imagem que demonstra como o COI pretende salvaguardar a singularidade dos Jogos Olímpicos” (IBID). Logo, os “atletas permaneceram no centro de todas as 40 propostas, e a proteção dos atletas limpos como sendo o coração da filosofia do COI” (COI, 2014, p.23).

Entretanto, cinco dias após a publicação da Agenda 2020 pelo COI, o canal estatal alemão ARD (ARD, 2014) veiculou o documentário “Os segredos do *doping*: como a Rússia faz seus vencedores” e sugerir “a existência de um sistema sofisticado e bem estabelecido de *doping*” patrocinado pelo Estado russo, com a Federação Russa de Atletismo (ARAF) e a Agência de Antidopagem Russa (RUSADA) do país (OLTERMANN, 2014, s/n). Tais denúncias alcançariam organizações esportivas, instituições governamentais e uma série de medidas que, posteriormente, colocariam a integridade da antidopagem sobre suspeita.

Dentre as providências tomadas pela *World Anti-Doping Agency* – WADA (em português, Agência Mundial Antidoping – AMA), materializaram-se dois relatórios produzidos a partir de um inquérito estabelecido por uma Comissão Independente (IC) de investigação para o caso russo. Entretanto, o primeiro documento publicado pela organização sugeriu que, “a Rússia não seria o único país, nem o atletismo o único esporte a enfrentar problemas de *doping* orquestrado” (McLAREN, 2016). Por consequência, em carta à WADA representantes de atletas norte-americanos manifestaram sua preocupação e sugeriram a expansão das investigações para outros esportes e em outros países (WADA, 2016a). Contudo, as investigações permaneceram restritas à modalidade de atletismo e à Rússia, objetivo pelo qual a IC de investigação foi constituída.

No fim das investigações, as alegações contidas no relatório atestaram a corruptibilidade dos processos em um esquema de *doping* orquestrado pela equipe de

atletismo da Rússia, durante os Jogos Olímpicos de Inverno, em Sochi (McLAREN, 2016). Além disso, o envolvimento de organizações esportivas, como o da Federação Russa de Atletismo (ARAF) e o da Agência de Antidopagem Russa (RUSADA), assim como, o de médicos e o de atletas, sinalizou a falta de integridade nas organizações esportivas, nas instituições governamentais e de pessoas responsáveis pela antidopagem no esporte.

Deste modo, a menos de três semanas para o início dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, o COI solicitou às federações esportivas internacionais (IF) e aos Comitês Olímpicos Nacionais (NOC) todos os cuidados necessários para que se garantissem a ausência de “atletas dopados” durante os Jogos (COI, 2016). Ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO) do Brasil caberia, ainda, a responsabilidade de restaurar a credibilidade dos processos de controle e de assegurar a proteção dos atletas limpos abalados pelo caso russo (NASCIMENTO ET AL., 2018). Logo, os controles de dopagem foram realizados sob a responsabilidade do COI e do COJO, cabendo a WADA, apenas, uma missão de observação independente (IO) e, ao final dos Jogos, a produção de um relatório final.

Em relação aos controles de dopagem realizados no Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, o documento publicado pela WADA, teceu duras críticas ao departamento *antidoping* dos Jogos, destacando as tensões entre o Rio-2016 e a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) (agência signatária da WADA e responsável pela coordenação da antidopagem no país); as mudanças significativas na gestão e no departamento *antidoping* Rio-2016 um ano antes dos Jogos; e, a falta de coordenação e abordagem unificada entre a própria equipe de gerenciamento do departamento *antidoping*. Logo, uma lista de falhas logísticas e problemas de controle de dopagem foram destacados pela agência mundial (WADA, 2016b).

Vale destacar que as responsabilidades sobre a antidopagem não se limitam a uma *National Anti-doping Organization* – NADO (em português, organização nacional antidopagem) ou à entidades nacionais de administração esportiva, como é o caso da ABCD e do COB no Brasil, respectivamente. De acordo com a ABCD (2019a), ao receber recursos públicos ou incentivos fiscais,

[...] a união por essa luta vira um compromisso, seja ela um comitê, uma confederação, uma associação, uma federação ou um clube esportivo. [...] São ações de educação, prevenção e controle que fortalecem o jogo justo, o esporte ético, valorizando o atleta para que também eles possam ser embaixadores da luta contra a dopagem no esporte (ABCD, 2019a, documento eletrônico).

Nesse sentido, de acordo com a Lei nº 13.322 de 2016 (BRASIL, 2016), entidades como o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), as entidades nacionais e regionais de administração do esporte, as ligas regionais e nacionais, as entidades de prática esportiva, filiadas ou não, e a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) têm responsabilidades de adoção, de implementação e de aplicação das

regras antidopagem, de acordo com as normas reguladoras expedidas pela ABCD e pelo Conselho Nacional do Esporte (CNE).

Contudo, instituir normas e regras antidopagem exprime o dever e o compromisso de uma conduta ética no esporte. Por conseguinte, de acordo com o COI (2015, p. 11), organizações esportivas associadas ao Movimento Olímpico têm responsabilidades, deveres e compromissos de ação.

Elas têm os direitos e obrigações de autonomia, que incluem estabelecer e controlar livremente as regras do esporte, determinar a estrutura e o governo de suas organizações, gozar do direito de eleições livres de qualquer influência externa e **a responsabilidade de garantir que os princípios da boa governança sejam cumpridos** (grifos nossos, tradução livre dos autores) (COI, 2015, P. 11).

Deste modo, em consideração a falta de integridade na antidopagem por meio dos procedimentos de *doping* orquestrado na Rússia, envolvendo a RUSADA e a ARAF, as condutas questionáveis da WADA e do COI denunciadas por organizações de atletas e de Estados, e, de modo especial no Brasil, os problemas de gestão na antidopagem dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016, liderados pelo COJO Rio-2016, permitiram-nos questionar: COMO UM CLUBE ESPORTIVO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS SE ORGANIZA A FIM DE GARANTIR A INTEGRIDADE NA ANTIDOPAGEM NACIONAL?

Logo, para responder ao questionamento acima foram selecionados os seguintes objetivos - OBJETIVO GERAL: Analisar como um clube esportivo do município de Porto Alegre/RS se organiza a fim de garantir a integridade na antidopagem de sua instituição. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (a) Identificar se dentro da estrutura organizacional do clube esportivo há um setor dedicado a antidopagem, como está organizado e como funciona a fim de que se garanta a integridade na antidopagem do clube; (b) Identificar se há articulação do clube esportivo com as políticas e orientações das instituições governamentais e das organizações esportivas responsáveis pela antidopagem nacional; (c) Analisar se, sob a óptica dos gestores, as estruturas organizacionais, os procedimentos e as práticas adotadas pelas instituições governamentais e organizações esportivas garantem a integridade da antidopagem nacional.

O presente estudo se justificou pela alta relevância do tema, observadas as problemáticas internacionais envolvendo entidades de administração do esporte como o COI e a IAAF, bem como, a WADA. De acordo com a Universidade de Oxford, é necessário que se compreenda tal fenômeno para que, deste modo, possam-se sugerir medidas combativas às ameaças da integridade esportiva (OXFORD, 2010). Nesse sentido, a partir dos avanços apresentados, desejamos contribuir para a adoção de melhores estratégias de prevenção pelas autoridades competentes, diante das responsabilidades assumidas para a integridade.

A seguir, dispostos a compreender as nuances da integridade no contexto das organizações esportivas foram abordados os conceitos de integridade, como pilar da boa

governança, bem como, suas responsabilidades e seus compromissos de ação.

2 | INTEGRIDADE COMO PILAR DA BOA GOVERNANÇA

De acordo com a *European Union* (2001), boa governança no esporte engloba um conjunto de ações, por meio dos quais organizações esportivas definem políticas, estratégias de ação e monitoram o seu desempenho para, ao final, prestar serviços eficazes por meio de ações regulamentadas. Para tanto, boa governança no esporte se sustenta em cinco pilares fundamentais: transparência, democracia, responsabilidade social, prestação de contas e integridade (ASOIF, 2011).

Na área da gestão, o conceito de integridade é entendido “na medida em que os vários comprometimentos formam um todo harmonioso e intacto” (FURROW, 2007, p. 205). Deste modo, constitui-se na coerência de um ponto de vista, seja de seus princípios e valores, às suas responsabilidades e ações. Logo, requer conformidade entre os compromissos assumidos e as ações adotadas, sustentados pelos princípios básicos e incondicionais, como por exemplo, os do esporte (Ibid.).

Enquanto pilar da boa governança, o conceito de integridade está, ainda, relacionado a um senso de compromisso, de “representar algo” (CALHOUN, 1995). Portanto, envolve propósito e o reconhecimento de sua comunidade, capaz de proporcionar uma base sólida a sua prática. De acordo com Gardiner et al. (2017, p. 20),

A integridade está associada explicitamente a algo pelo qual vale a pena lutar, e pressupõe um grau de agência, coragem e perseverança que permitirá a pessoa ou grupo enfrentar as pressões internas e sociais que impõem obstáculos ao propósito (GARDINER ET AL., 2017, P. 20).

Consequentemente, exige assumir responsabilidades frente aos compromissos assumidos, tais como: (a) a responsabilidade pelos valores fundamentais, propósitos, pelo senso de valor e prática, fundamentais à identidade pessoal ou organizacional; (b) a responsabilidade de uma entidade ou instituição prestar contas, a partir de um diálogo crítico contínuo, pelas práticas ou políticas instituídas; e (c) a responsabilidade compartilhada, tanto para manter a rerepresentação dos valores e propósitos fundamentais quanto para garantir harmonia com as diferentes narrativas. Deste modo, exige dos indivíduos pertencentes à comunidade o diálogo crítico contínuo e a negociação das responsabilidades, capaz de representar e estabelecer ainda mais a identidade pretendida (CALHOUN, 1995).

Aplicado ao contexto esportivo, entretanto, o conceito de integridade parece impreciso até o momento. Em 2008, a Federação Internacional de Tênis (ITF) criou a “Unidade de Integridade do Tênis”. Entretanto, a própria entidade esportiva não conseguiu atribuir sentido à palavra, limitando-se a dizer que “a integridade no esporte é crucial para o seu sucesso e para o prazer dos participantes, dos espectadores e de outros interessados”

(IFT, 2008, documento eletrônico).

Em 2015, o primeiro Fórum Internacional para a Integridade no Esporte, realizado pelo COI, destacou sua associação com a anticorrupção, todavia, sem uma discussão significativa sobre o conteúdo (COI, 2019c). Tentativas de avançar em uma abordagem foram realizadas, igualmente sem sucesso, pela Sport Accord. De acordo com Gilbert e Skinner (2015), a complexidade e a multiplicidade de seus elementos levam-nos a perceber a integridade de diferentes maneiras.

A integridade no esporte é demonstrada através de práticas de liderança de qualidade que abraçam o espírito e a pureza do esporte, estruturas de governança transparentes que fortalecem a confiança pública e sistemas de crenças que criam processos decisórios éticos, morais e valiosos que sustentam o esporte da comunidade aos níveis de elite para uma sociedade melhor (GILBERT; SKINNER, 2015).

Por fim, a WADA tem buscado expandir seu domínio e assumir o papel de “Agência Mundial de Integridade do Esporte” (WADA, 2015b). Segundo Gardiner et al. (2017, p. 13), “o que é surpreendente neste contexto é que a WADA parece não ter se envolvido em um escrutínio rigoroso das complexidades de definição em torno da integridade”. Logo, o conceito de integridade aparenta ser um aparato de entendimento, de conhecimento, de estatística e de medida utilizada como instrumento, associada à anticorrupção no esporte (GARDINER ET AL., 2017).

Ao final, quatro diferentes delimitações foram constituídas para o entendimento de integridade. Direcionadas à governança de entidades ou do esporte em si, inter-relacionam-se enquanto: integridade do próprio esporte, integridade organizacional, integridade de procedimentos e integridade pessoal; direcionadas a excelência física e moral, à confiabilidade dos eventos esportivos e à atitude positiva, em adesão a princípios como o fair play (GARDNER; PARRY; ROBINSON, 2007, BAUMAN, 2013, ERHARD; JENSEN, 2014). Entretanto, vale destacar que,

[...] não são diferentes sentidos da palavra integridade, são diferentes âmbitos onde se aplicam o conceito. Mas é claro que, cada um dos seus âmbitos podem ter particularidades que se unem para a aplicação do conceito de integridade (TRIVINOS, 2019, acervo particular).

Neste sentido, sob a perspectiva da gestão esportiva, o conceito de integridade organizacional constituído por Ghillyer (2015, p. 86) diz respeito ao ato de “comprometer-se publicamente com os mais altos padrões profissionais e de manter tal compromisso assumido”. Ou seja,

Está relacionado ao fato de fazer a coisa certa e, a partir de uma conduta ética e de acordo com os princípios esportivos, atrair e manter parceiros comerciais para o desenvolvimento do esporte e da organização estrutural de sua entidade (GHILLYER, 2015, p. 86).

Desse modo, o compromisso central de uma organização esportiva deve estar no desenvolvimento de suas modalidades e na manutenção dos padrões máximos da excelência esportiva (McNAMEE, 2008). Com efeito, subordinam-se fatores como o

dinheiro e o poder, aos princípios morais do esporte e da sua própria entidade. De acordo com McNamee (2008), uma modalidade íntegra, honesta, justa e inclusiva tem um nível de confiança maior junto à comunidade e, por consequência, impacta substancialmente seus negócios (IBID).

Nessa perspectiva, a preocupação central de um gestor esportivo deve estar na capacidade de instituir práticas sólidas de gestão e de garantir a aplicabilidade dos princípios éticos do esporte, constantemente desafiados pela lógica do mercado (McNAMEE, 2008). Entretanto, as denúncias de *doping* orquestrado por organizações esportivas, como o caso russo citado acima, despertaram nossa atenção para a necessidade de avanços científicos e sociais na área da gestão esportiva. Os compromissos assumidos, bem como, as responsabilidades e ações previstas são parte de uma moralidade, alinhados ao entendimento de integridade, constantemente ameaçado pela lógica do lucro (Zeigler, 2007).

3 | METODOLOGIA

De abordagem qualitativa, o referido estudo é caracterizado como estudo descritivo, envolvendo entrevistas semiestruturadas, com suas respectivas análises de conteúdo (BAUER; GASKELL, 2013, STAKE, 2011, FLICK, 2009).

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE), e aprovado com CAAE 13825919.4.0000.5636. Em seguida, contatamos o clube escolhido para explicar a pesquisa e solicitar, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, a assinatura para a participação e autorização da coleta de dados. Por fim, após recolher as assinaturas, iniciamos a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis por organizar e garantir a integridade na antidopagem de um clube esportivo do município de Porto Alegre/RS. Os sujeitos participantes foram: (ENTREVISTADO 01) o gestor esportivo do clube; (ENTREVISTADO 02) o coordenador do setor médico do clube e (ENTREVISTADO 03), o coordenador de uma modalidade esportiva específica desenvolvida no clube.

Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. O roteiro de entrevista foi composto por seis perguntas com questões inerentes à antidopagem no esporte, tendo como referência a revisão de literatura e os documentos da área. A partir disso, buscou-se criar um ambiente amistoso e acolhedor do início ao fim da entrevista, a fim de deixar o entrevistado confortável para expor seus pensamentos com tranquilidade. Com o intuito de preservar os entrevistados, as entrevistas foram realizadas em anonimato e de modo individual, nas dependências do clube e em sala fechada. Em relação às dúvidas quanto às perguntas e o estudo que desenvolvíamos, estivemos à disposição para esclarecê-los. Assim como, os participantes poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento se assim o desejassem. Por fim, quando os participantes mencionaram o

nome de alguma instituição ou de terceiros, citamos a palavra “fulano” e “instituição”, respectivamente, por questões de ética em pesquisa.

Após identificar e contatar o superintendente do clube por telefone, fomos direcionados ao profissional responsável pelo departamento médico do clube. Isso porque, é o departamento médico quem avalia e autoriza o desenvolvimento de pesquisas nesta instituição, assim como, coordena as políticas antidopagem existentes no clube. A partir disso, foram alcançados: o gestor do departamento esportivo do clube, responsável pela coordenação das modalidades esportivas, da prática formativa ao alto rendimento; a médica coordenadora do Centro de Saúde Esportiva do clube, responsável pela equipe de saúde multidisciplinar para o alto rendimento. E como sugestão, posteriormente, contatamos o treinador e coordenador do departamento de um esporte específico, responsável pela preparação e pelo desenvolvimento dos atletas de alto rendimento desta modalidade. Totalizando, desta forma, três sujeitos participantes da pesquisa (N=3).

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, obedecendo ao depoimento original de cada entrevistado. Após a transcrição da entrevista, ela foi encaminhada ao entrevistado via e-mail para conferência dos dados recolhidos, ficando tal decisão a critério do entrevistado a possibilidade de alteração de qualquer segmento do texto transcrito. Após correções e alterações, o entrevistado encaminhou o texto corrigido/alterado para os entrevistadores, para sequência de análise.

O processo de análise das entrevistas foi realizado por meio da técnica de análise de conteúdo, seguindo os princípios norteadores comumente aceitos na literatura especializada (FLICK, 2009b). Os dados coletados foram categorizados e analisados buscando uma relação com os objetivos definidos para o estudo e à luz dos materiais encontrados. Na fase de definição das categorias analíticas, foram criadas categorias a priori, baseadas inicialmente em leitura preliminar da literatura específica da área. Dessa maneira, foram se constituindo tópicos de referências, onde se buscavam sínteses coincidentes e divergentes de ideias (TRIVINOS, 2008).

Os pesquisadores analisaram em profundidade os dados coletados, buscando grifar as palavras que se destacavam e identificar suas subcategorias. Em sequência, foram extraídos fragmentos, frases ou expressões que caracterizam ou que tinham significado com base nas categorias, identificando a sua subcategoria nas respostas em diálogo com a literatura pertinente na tentativa de criar uma sequência para interpretação dos dados.

Visando atingir os objetivos propostos, foram feitas conexões entre as diferentes categorias analisadas. De acordo com Triviños (2008), é neste momento que o pesquisador deve utilizar sua reflexão e intuição para criar relações com a realidade, aprofundando as conexões de ideias. Tal argumento é corroborado por Strauss e Corbin (2008), ao propor que o pesquisador deva compreender e dar significado aos dados, além de ter capacidade para separar quais são pertinentes à sua pesquisa e quais não são.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados nas entrevistas realizadas foram categorizados a partir da técnica de Flick (2009) conforme os objetivos propostos e com a literatura encontrada. Deste modo, subdivididos em três categorias específicas: a) **Estrutura Organizacional do clube para a Antidopagem**, com o intuito de compreender como o clube se organiza para a antidopagem; b) **Integridade Organizacional do clube para a Antidopagem**, destinado a analisar a integridade das políticas e ações adotadas pelo clube em direção à proteção dos seus atletas; e, c) **Integridade na Antidopagem nacional**, objetivado a compreender como as organizações esportivas e as instituições governamentais responsáveis pela antidopagem no Brasil estão organizadas a fim de garantir a integridade na antidopagem nacional, sob a óptica dos gestores e coordenadores do clube.

4.1 Estrutura Organizacional do Clube para a Antidopagem

A partir da análise dos dados, foi identificado um departamento responsável por instituir políticas e ações em favor da antidopagem, ligado às nove modalidades olímpicas existentes no clube, da iniciação esportiva ao alto rendimento. Conhecido como Centro de Saúde Esportiva, o departamento médico é composto por quatro médicos, um fisioterapeuta, uma nutricionista e uma psicóloga, que atuam de modo articulado com o departamento esportivo, composto por um gestor, nove coordenadores e seus treinadores. Logo, é o departamento médico quem atua em conjunto com o departamento esportivo e têm a responsabilidade de coordenar as ações antidopagens do clube. Entretanto, segundo o ENTREVISTADO 02,

[...] eles (os gestores do clube) delegam para nós, de uma forma não formal. Não existe um “vamos sentar aqui e vamos discutir: quais são as atribuições que nós esperamos de vocês...”. Existe uma delegação. Alguém tem que fazer do pessoal que trabalha com a saúde.

Apesar da responsabilidade informalmente atribuída ao departamento médico do clube, percebe-se o livre acesso e a boa articulação e a proximidade dos atletas, treinadores e da equipe técnica com o departamento médico. Além disso, O ENTREVISTADO 02 destaca o interesse e a procura dos próprios atletas e treinadores, quando surgem dúvidas sobre o assunto:

[...] existe uma boa articulação, principalmente, de treinadores e de atletas com uma idade maior, que vão para competições, que disputam medalhas fora ou que disputam vaga para a seleção. [...] eles são bastante curiosos. Agora, recentemente, os juvenis foram para o brasileiro, o atleta me mandou “Ah fulana, eu tenho uma medicação para asma, posso usar? Não posso usar?”.

Estas falas são corroboradas pelo ENTREVISTADO 03, quando questionado sobre a estrutura organizacional do clube para a antidopagem. Além disso, destaca o interesse e a disposição do departamento médico e dos gestores do clube sobre o assunto.

[...] eles (os gestores do clube) sempre estão abertos para falar, ouvir o que a gente tem para dizer, se tem a abertura, tem interesse. [...] tem um contato bom com os médicos também, esse contato é aberto... O clube dá toda assistência, dá toda assessoria (ENTREVISTADO 03).

Em relação à contratação dos profissionais, o ENTREVISTADO 01 explica quais são as preocupações e atenções do clube, uma vez que, a conduta ética do profissional é parte indispensável para a integridade de uma organização.

[...] para se contratar um profissional, se ele vai entrar numa equipe de alto rendimento, numa equipe forte, ele tem todo um histórico que a gente analisa. Todo o seu histórico em outros clubes, o seu comportamento, as suas avaliações. Então, ele só vai ser efetivado passando por todo um critério, pela indicação de outros técnicos.

Além disso, há uma preocupação quanto à integridade pessoal dos próprios atletas, a partir de uma conduta ética e de acordo com as regras.

Todo início de ano tem uma solenidade onde são colocadas as regras para os atletas e sempre se bate muito nessa tecla da ética, da boa competição, do treinamento, da disciplina dentro das regras brasileiras e regras internacionais, uma vez que ele está sujeito a pegar as seleções brasileiras, categorias sejam infantil, juvenil enfim né, e até mesmo a seleção principal adulta onde ele vai competir a nível internacional (ENTREVISTADO 01).

Deste modo, percebe-se uma prática articulada, entre os diferentes profissionais envolvidos e departamentos do clube, a favor da antidopagem esportiva.

[...] quando a gente traz um atleta, a gente forma um atleta independente do clube que ele esteja no futuro. Mas a imagem que ele vai trazer se ele se meter em alguma situação ilícita, o uso de algum anabolizante, alguma coisa para melhorar sua performance, vai ser muito ruim para ele e vai ser muito ruim para o clube ou para a federação que ele representa. [...] Então, hoje nós estamos trabalhando muito na conscientização. E isso tem dado o resultado né. Parte do atleta, parte da fiscalização desse técnico né, de ele ter um conhecimento mínimo, em sintonia com o departamento médico do clube, para que ele tenha um suporte de orientação para aquele atleta (ENTREVISTADO 01).

Em suma, evidencia-se a constituição de uma estrutura organizacional para a antidopagem articulado entre o departamento médico, o treinador e o atleta do clube. Além disso, destaca-se o acesso fácil de atletas e treinadores ao departamento médico e o interesse dos gestores sobre o tema. Deste modo, a seguir, foram descritas quais as políticas e ações realizadas pelos departamentos, sua articulação com as políticas e orientações das organizações responsáveis pela antidopagem nacional, e, se tal organização garante a integridade para a luta contra o *doping* no esporte.

4.2 Integridade organizacional do clube para a antidopagem

De acordo com a ABCD (2019a) é dever e compromisso do clube esportivo profissional promover ações de educação, prevenção e controle para a antidopagem no esporte. Deste modo, associado aos princípios éticos fundamentais e de integridade esportiva para a antidopagem, evidencia-se as respostas dos ENTREVISTADOS 01 e 02:

Nós aqui estamos fazendo um trabalho muito árduo, muito bem coordenado pelo nosso departamento médico, eu acho que é o ponto fundamental, acho que é o sucesso, a chave do sucesso é o comprometimento (ENTREVISTADO 01). A primeira coisa é a educação dos atletas que estão na base. A segunda é a conscientização dos atletas de seleção brasileira, dando acesso à informação, tirando dúvidas (ENTREVISTADO 02).

A partir dessas falas, destacam-se duas diferentes abordagens para as ações antidopagens nesse clube, uma para atletas em iniciação esportiva e outra para atletas em maior nível competitivo.

[...] a gente faz alguns encontros educacionais, com conversa. E dentro dessa conversa, sobre saúde do esporte, a gente acaba falando sobre isso (doping), principalmente nas categorias iniciais. Alguns esportes onde os atletas participam de competições internacionais, já os treinadores falam muito disso. Ele fala bastante, então, seguido, eles nos consultam para saber se pode usar, senão podem usar, a gente sempre orienta, tem o aplicativo, mas, mesmo assim, sempre conferem com a gente para ver se é permitido ou não (ENTREVISTADO 02).

De acordo com as orientações da ABCD (2019a), esta prática é uma política de prevenção. Deste modo, sempre que existir dúvida sobre determinada substância ou à utilização de medicamentos ou suplementos esportivos, por exemplo, os atletas são orientados a relatar ao treinador ou procurar, imediatamente, o departamento médico.

[...] a gente tem uma orientação aqui, que tudo que o atleta for fazer ele tem que relatar para o técnico, até mesmo uma dor de cabeça, até mesmo se for uma mulher uma menstruação, tem que tomar alguma coisa, tudo tem que ser relatado ao seu técnico, e seu técnico, por sua vez, tá ligado ao departamento médico (ENTREVISTADO 02).

Tal perspectiva é corroborada pelo ENTREVISTADO 03, confirmando de modo positivo a integridade organizacional do clube para a antidopagem.

Os meus atletas que estão mais no topo nós falamos, “tu não faz [sic] nada sem ligar para a doutora”. Hoje em dia tem um aplicativo que é legal, mas às vezes eles não conhecem todas as substâncias, então eu sempre falo, falem com a médica do clube.

Em relação às políticas educativas realizadas no clube, o ENTREVISTADO 03 citou:

[...] os departamentos têm as suas reuniões periódicas, reuniões mensais, trimestrais, semestrais e sempre nas reuniões de início de ano é abatido muito nessa tecla com o apoio do departamento médico né. Já fizemos palestra, a gente trouxe a autoridade, já apresentou casos de outros clubes, no sentido dos atletas se conscientizarem o que é uma prática que deve ser seguida, uma prática é boa, que deve ser seguida longe das drogas.

[...] então a conscientização não vem só do departamento médico, mas, o departamento médico também contribui e trabalha com os técnicos e com os coordenadores esportivos no sentido de dar todo o amparo para que a gente bata muito nessa tecla. Tudo é feito de uma maneira muito prática, para evitar ele seja pego despercebido e cair no exame antidoping.

Entretanto, uma das limitações vistas pelo ENTREVISTADO 02 é:

Acho que eles (gestão esportiva do clube) enxergam a importância disso, mas, eles não conseguem efetivamente fazer um plano de ação para poder trabalhar isso de uma forma a conscientizar treinadores, preparadores físicos e todos os profissionais. Então não conseguem levar o concreto. [...] eles têm uma preocupação de que isso

esteja sendo realizado, não ainda nesse nível de organização (médica coordenadora do departamento médico).

De acordo com ENTREVISTADO 03, dentre as diversas atividades, *“É difícil para o departamento médico, o tempo deles é ralado, o atendimento deles ao atleta é durante todo tempo até a noite. Às vezes falta ação. Se tu buscar [sic] eles vão estar lá, mas falta uma ação mais educativa”*.

Deste modo, a falta de uma concessão formal e da delimitação das atribuições sobre a antidopagem que deveriam ser feitas ao departamento médico, associadas, as diferentes responsabilidades já atribuídas ao setor impactam, por fim, nas ações realizadas e na organização do clube para a antidopagem. O ENTREVISTADO 03 sugere: *“Uma vez aqui no clube, a instituição fez uma palestra, isso poderia ser uma coisa anual. Isso é uma coisa interessante, de falar sobre isso, tentar conversar sobre antidopagem, acho que isso seria bem bom”*.

Neste sentido, o ENTREVISTADO 01 destaca a necessidade de maiores apoios da ABCD, em relação às políticas e às ações educativas do clube, como:

Eu acho que nós temos que trabalhar muito mais na preventiva, trabalhar, fazer palestra em lugares mais próximos. Os clubes fazem isso, mas, precisamos de mais suporte, mais material didático, mais ações preventivas, para que se desenvolva cada vez mais a conscientização (ENTREVISTADO 01).

O ENTREVISTADO 02, contudo, sugere um mapeamento dos atletas brasileiros para as ações educativas da ABCD, sejam elas reuniões ou oficinas, para além da antidopagem, onde se possam abordar questões éticas com o atleta.

O trabalho educacional deveria ser, também, assim, nesse dar-se conta de que, quando um atleta ele aceita ele tá quebrando um código de ética, ou quando um atleta busca, ele tá quebrando um código de ética, talvez até de uma forma, através de um filme, que pudesse fazer as pessoas fazerem essa reflexão. Essas organizações deveriam mapear, essas organizações deveriam oferecer trabalhos que pudessem ser educacionais. [...] **o mais importante, é as pessoas se darem conta que não há crime perfeito** (ENTREVISTADO 02).

Deste modo, pôde-se perceber a atenção dada para as políticas educativas e de conscientização para a antidopagem no clube. Suas ações educativas são, majoritariamente, lideradas pelo departamento médico, destinadas aos atletas mais novos. Entretanto, pela possibilidade de vivenciar um controle de dopagem e pelo nível competitivo que determinados atletas se encontram, as ações se articulam de modo mais frequente, entre treinadores, atletas e o departamento médico, em busca de acesso à informação e de prevenção deles.

4.3 Integridade na antidopagem nacional

Neste momento, foram destacadas as perspectivas dos entrevistados sobre a integridade na antidopagem nacional, perpassando as organizações esportivas e as instituições governamentais responsáveis pela antidopagem nacional. Em relação à

estrutura, aos processos e às ações realizadas pelas organizações esportivas e instituições governamentais responsáveis pela antidopagem nacional o ENTREVISTADO 03, destaca:

A WADA eu não tenho muita dúvida, toda vez que eu tive contato, todas as ações que eles fazem nos campeonatos, nas Olimpíadas, são bem fortes. E sobre a ABCD, eu não tenho contato, mas acredito nas pessoas que eu conheço que trabalham lá, sempre foram bem idôneas. As confederações eu não... Eu vejo pela nossa, há interesse, eles se preocupam muito com isso. Não vejo uma disparidade de discurso em relação à prática, tanto que quando eles conseguem: “a vamos fazer no brasileiro!”.

Entretanto, a partir de uma relação mais próxima com a ABCD, o ENTREVISTADO 02 evidencia certo distanciamento da instituição com os clubes.

[...] em um determinado momento eu fiz contato com ABCD, para pedir pessoas para falar sobre antidoping ou enfim, conversar com os atletas. Efetivamente isso nunca aconteceu. Isso aconteceu no ano de 2017, eu acho, ou fim de 2018. Isso nunca aconteceu. OK. Tudo bem. A ABCD passou por alguns momentos, também. De acordo com a política do Brasil, controlar, fazer tudo, mas, de qualquer forma, a ABCD nunca fez contato com ninguém do clube para perguntar quais ações estávamos fazendo ou “você precisam de material?” ou “podemos fazer...”. De forma alguma veio qualquer sinalização da ABCD pra cá, então, é como se cada um cuida dos seus e nos cobramos de todos (ENTREVISTADO 02).

Além da falta da efetividade de políticas educativas articuladas aos clubes brasileiros, foram destacados os cursos de formação para oficiais de controle de dopagem realizados pela ABCD que, sob a perspectiva do ENTREVISTADO 02:

[...] é muito distanciado. Têm algumas coisas que o esporte brasileiro se aproximou mais dos clubes, algumas coisas que consegui, mas, têm algumas coisas que ainda estão muito distanciadas, tá muito, por exemplo, eu tentei fazer o curso como oficial, mas achava que seria uma formação boa, a pessoa que eu fiz o contato foi bastante fria e até grosseira comigo. Liguei, disse que tinha interesse, agora “quando a gente for abrir as vagas, a gente vai publicar no site”. Eu disse que queria saber, que não tem nada no site: “se não tem nada no site é por que não saiu nada ainda”, mais ou menos assim, não foram receptivos.

A importância dos procedimentos de controle de dopagem realizados pelos profissionais da ABCD, indispensáveis no que tange a integridade na antidopagem nacional, são destacados pelo ENTREVISTADO 03:

[...] é importante, mais pessoas são formadas e mais pessoas podem realizar controles. Tínhamos que mandar uma pessoa da WADA para fazer o exame aqui no Brasil, daqui a pouco credenciar mais pessoas fica mais fácil, ai tem que mandar você para onde tem, ai fica caro, se pudéssemos fazer em várias competições seria melhor.

De modo específico, sobre os procedimentos realizados em competições, o ENTREVISTADO 02 destaca: “nem sempre o controle (de dopagem) ocorre de acordo com as normas”. Segundo ele, *“ela tá mais alinhada, mas no início estava meio desalinhado, assim, meio sem comunicação, hoje me parece melhor”*.

De acordo com o ENTREVISTADO 02, quando questionado sobre o risco da integridade da amostra, a partir das suas experiências como acompanhante em controles de dopagem, corrobora:

Acredito que não, já estive em vários... Coisa que tu vê [sic], é que as pessoas não estão bem informadas na hora de abrir, a higiene da coisa, a ordem dos acontecimentos. Os profissionais estão ali falhando no controle. Então às vezes os caras não estão de acordo, mas, são poucas vezes.

Por fim, o ENTREVISTADO 01 destaca a importância de ações antidopagem para a educação e para a conscientização nos clubes esportivos:

Então, o trabalho inicial lá, o trabalho forte, começa dentro do clube. Digo na entrevista quando eu falo, porque eu fui bombeiro, me aposentei, mas é bem delicado quando tem lá, as Forças Armadas que dizem: “esse atleta é do Exército, da Aeronáutica, da Marinha”, é um excelente projeto, mas não foi ele quem formou, foi o clube quem formou o atleta do exército, o atleta da marinha [...].

[...] Então essa ética ela vem desde a formação, lá na escolinha. O atleta lá em cima, se ele não tivesse a formação ética na base, ele vai se corromper para ganhar uma medalha olímpica, para ganhar uma medalha Pan-Americana, através de uma droga. Ele vai procurar alguma coisa e por isso que as federações, os clubes, as Confederações e os comitês, têm que estar sintonizado, tem que estar alinhados né. De certa forma falta, às vezes, algum apoio entre uma e outra, mas, o alinhamento das normas existe está ali, bem claro e bem escrito.

Entretanto, segundo o ENTREVISTADO 02,

Eu vejo que já foi muito pior, a vinte e poucos anos atrás não se falava muito, depois com as atitudes, com os testes fora-de-competição do programa, de ficar o ano inteiro, achei bem legal... Mas acho que ainda no dia-a-dia poderia ser falado um pouco mais, em relações às confederações... Mas acho que tem melhorado a gente tá num caminho bom.

Por fim, sob a perspectiva dos gestores do clube, limitações em relação à comunicação e articulação de instituições governamentais e entidades de administração esportivas são evidentes. Além disso, disparidades nos controles já foram observadas pelos entrevistados, porém, melhorias em relação às operações parecem evidentes. Em relação aos comprometimentos e responsabilidades, os gestores mostram-se conscientes e numa busca constante pelo aprimoramento de suas ações e no desenvolvimento de uma cultura antidopagem.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da coleta e análise de dados, pôde-se identificar a existência de uma estrutura organizacional direcionada à proteção dos atletas, contra a dopagem no esporte. Ou seja, o departamento médico atua de modo articulado com o departamento esportivo, a partir de uma organização entre os atletas, seus treinadores e os médicos do clube.

O desenvolvimento da temática no âmbito das entidades esportivas é previsto na Agenda Olímpica 2020, publicada pelo COI (2014) e prevê a proteção dos atletas limpos e a integridade esportiva como cerne de suas responsabilidades. Contudo, é o mesmo documento que destaca a mudança de procedimentos no esporte olímpico, onde a composição de um programa olímpico baseado em jogos altera-se para uma lógica de

evento (COI, 2014).

Nessa perspectiva, de acordo com Solberg, Hanstad e Thoring (2010), a dopagem no esporte é percebida como uma falta de integridade, contudo, que ameaça a perda de patrocinadores e de recursos financeiros para organizações esportivas. Tal entendimento pôde ser observado quando o ENTREVISTADO 01 destaca a prevenção como aspecto central para as políticas *antidoping*, entretanto, considera os prejuízos para o atleta, **para o clube** e para as federações em casos de dopagem esportiva. Vale destacar que a centralidade dos discursos apresentados pelos gestores está na educação e na conscientização para uma prática ética, justa e honesta dentro do esporte, apesar disto.

Por fim, limitações relacionadas à integridade na antidopagem do clube foram observadas no que tange ao planejamento e à organização de ações efetivas para a educação, percebidas também nas instituições governamentais e nas organizações esportivas responsáveis pela antidopagem nacional. Ainda, em acordo com Zeigler (2007, p.147), “o status especial do esporte como uma força que impacta positivamente, tanto o desenvolvimento individual quanto a coesão social, é desafiado pela lógica do lucro”.

REFERÊNCIAS

- ABCD. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. **Entidades de Controle de dopagem**. 2019a. Disponível em: <<http://www.abcd.gov.br/perguntas-e-respostas/239-entidades-de-controle-de-dopagem>>. Acesso em: 06/08/2018.
- _____. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. **Dopagem**. 2019b. Disponível em: <<http://www.abcd.gov.br/perguntas-e-respostas/239-entidades-de-controle-de-dopagem>>. Acesso em: 06/08/2018.
- _____. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. **Notícias**. 2019c. Disponível em: <<http://www.abcd.gov.br/>>. Acesso em: 28/06/2019.
- ARD. **Arbeitsgemeinschaft der öffentlich-rechtlichen Rundfunkanstalten der Bundesrepublik Deutschland. The secrets of Doping: How Russia makes its winners - H.Seppelt** (2014). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iu9B-ty9JCY>>. Acesso em: 07/04/2019.
- _____. **Professional footballers visit questionable Brazilian doctor**. 2019. Disponível em: <https://www.sportschau.de/doping/doping-fussball-brasilien-102.html>. Acesso em: 05/05/2019.
- ASSOCIATION OF SUMMER OLYMPIC INTERNATIONAL FEDERATIONS. ASOIF. **Governance Task Force (GTF) International Federation (IF) Self-Assessment Questionnaire**. 2016. Disponível em: <http://www.asoif.com/sites/default/files/basic_page/if_governance_questionnaire.pdf>. Acesso em: 24/04/2019.
- AUSTRALIAN SPORTS COMMISSION. **Sports Governance principles**. 2012. Disponível em: <http://www.ausport.gov.au/__data/assets/pdf_file/0020/644303/CORP_33978_Sports_Governance_Principles.pdf>. Acesso em: 06/05/2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, D. C. **Leadership and the three faces of integrity**. The Leadership Quarterly, v. 24, p. 414–426, 2013.

BREDEMEIER, Brenda; SHIELDS, David. **Character development and physical activity**. Champaign: Human Kinetics, 1995.

CAS ad hoc Division OG 16/013 (CAS-OG). **Court of Arbitration for Sport. CAS ad hoc Division OG Rio 16/013**. Anastasia Karabelshikova & Ivan Podshivalov. FISA & IOC. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

ASSESSORIA CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **Coordenador da Comissão de Dopagem, Fernando Solera ministra palestra na Chapecoense**. 2019. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/comissao-dopagem/comissao-de-dopagem-fernando-solera-ministra-palestra-na-chapecoense>>. Acesso em: 28/06/2019.

COB. **Comitê Olímpico do Brasil**. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/>>. Acesso em: 28/06/2019.

COI. INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE (IOC). **AGENDA OLÍMPICA 2020** (2014). Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Olympic-Agenda-2020/Olympic-Agenda-2020-127th-IOC-Session-Presentation.pdf#_ga=2.44042852.1964120317.1549902088-634880540.1549902088>. Acesso em: 07/02/2019.

____. **Olympic charter**. Lausanne, Suíça (2015).

____. Declaration of the Olympic summit. Disponível em: <<https://www.olympic.org>>. (2016). Acesso em: 22/03/2019.

ERHARD, Werner, & JENSEN, Michael. **Putting integrity into finance: A purely positive approach**. ECGI Working Paper Series in Finance Working Paper, v. 4, n. 17, abr. 2014.

EUROPEAN UNION. **Work Plan for Sport Deliverable 2: principles of good governance in sport**. 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/assets/eac/sport/library/policy_documents/xg-gg-201307-dlvrb12-sept2013.pdf>. Acesso em: 06/05/2019.

FEEZEL, Randolph. Sportsmanship. In: MORGEN, William. **Ethics in Sport**. Champaign: Human Kinetics, p. 153-164, 2007.

FERKINS, Leslie; SHILBURY, David. Good boards are strategic: What does that mean for sport governance? **Journal of Sport Management**, n. 26, p. 67-80, 2012.

FESTINI, Heda. **Ethics and Sport**. 2011. Disponível em: <<http://docplayer.net/53990401-Ethics-and-sport-heda-festini.html>>. Acesso em: 06/05/2019.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Artmed: Porto Alegre, 2009a.

____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Artmed: Porto Alegre, 2009b.

GARDINER, Simon; PARRY, Jim; ROBINSON, Simon. Integrity and the corruption debate in sport: where is the integrity? **European Sport Management Quarterly**. v. 17, p. 6-23, 2017.

GERMAN SPORTS. **Good governance in German sports**. 2015. Disponível em: <https://www.dosb.de/fileadmin/fm-dosb/downloads/dosb/GGinGermanSports_EN.pdf>. Acesso em: 01/05/2019.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994, p. 207.

GORSE, Samantha e CHADWICK, Simon (2011) **The Prevalence of Corruption in International Sport: A Statistical Analysis**. Coventry: Centre for the International Business of Sport. Coventry University of Business School.

GOZZER, Thierry; JUSTO, Freud. **Presidente da comissão de doping da CBF era sócio da empresa que coleta amostras do futebol brasileiro**. Janeiro de 2018. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/presidente-da-comissao-de-doping-da-cbf-era-socio-de-empresa-que-coleta-amostras-do-futebol-brasileiro.ghtml>>. Acesso em: 12/04/2018.

HOLLOWCHAK, Andrew. **Philosophy of Sport. Critical Readings, Crucial Issues**. Prentice Hall: New Jersey, 2002.

KATWALA, Sunder. **Democratising Global Sport**. London: The Foreign Policy Centre, 2000.

KEATING, James. Sportsmanship as a Moral Category. In: BOXILL, J. **Sports Ethics: An Anthology**. Oxford: Blackwell, p. 63-7, 2003.

KAYSER, Bengt; MAURON, Alexandre; MIAH, Andy. **Current anti-doping policy: a critical appraisal**. BMC: Medical Ethics, 2007. Disponível em: <<https://bmcmedethics.biomedcentral.com/articles/10.1186/1472-6939-8-2>>. Disponível em: 24/06/2019.

MATTOS, Mauro Gomes de. **Metodologia da Pesquisa em Educação Física: construindo sua monografia, artigos e projetos**. 3ª ed. São Paulo: Phorte, p. 33, 2008.

MCLAREN, R. The independent commission report-Part I. Quebec, Canadá (2016a).

MCNAMEE, Michael. **Morality play: Sports, virtues and vices**. Routledge: London, 2008.

MORGAN, William. **Ethics in Sport**. Champaign: Human Kinetics, 2007.

NASCIMENTO, Randeantony C; ROMERO, Juan José Fernández; CANUTO, Sarah Cristina Montes. **O DOPPING NOS ESPORTES OLÍMPICOS E OS JOGOS RIO 2016**. Diferentes olhares sobre os jogos Rio 2016: a mídia, os profissionais e os espectadores. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2018.

OLTERMANN, P. **Russia accused of athletics doping cover-up on German TV**. The Guardian. Disponível em: <http://www.theguardian.com>. (2014). Acesso em: 17/09/2018.

PARRY, Jim. Doping in the UK: Alain and Dwain, Rio and Greg – Not Guilty? **Sport in Society**. vol. 9, n. 2, p. 14, 2006.

RUFINO, João Luis; BATISTA, Paulo Henrique; GUELER, Roberto; MATARUNA, Leonardo. **O fair play na atualidade**. Arquivos em Movimento. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.57-68, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9060>>. Acesso em: 12/04/2018.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basic of qualitative research: Techniques and Procedures for Developing Grounded**. London: Sage, Suíça, 3ª ed. p. 400, 2008.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2009). **Working paper: corruption and sport: building integrity and preventing abuses**. Disponível em: <http://www.transparency.org/whatwedo/pub/working_paper_no.03_2009_corruption_and_sport_building_integrity_and_preven>. Acesso em: 29/04/2019.

TREAGUS, Mandy; COVER, Rob; BEASLEY, Christine. **ASC's 'integrity in sport literature review**. Australian Sports Commission: Canberra, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis, Porto Alegre, v. 4, 2001.

____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, ed, 1, v. 17, p. 175, 2008.

WADA. WORLD ANTI-DOPING AGENCY. **Código Mundial Antidopagem 2015.** Montreal: WADA, 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiDyY3Mh7faAhUGIJAKHZJwCPsQFggnMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.wada-ama.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fresources%2Ffiles%2Fcodigo_mundial_antidopagem_2015.pdf&usq=AOvVaw02f9td4xTE3W2WFcxUnN_g>. Acesso em: 04/04/2018.

____. Athlete Committee Statement. **Independent Investigation confirms Russian State manipulation of the doping control process.** Disponível em: <<https://www.wada-ama.org.br>>. (2016a). Acesso em: 01/03/2019.

____. **Report of the Independent Observers Games of the XXXI Olympiad Rio de Janeiro.** Montreal, Canadá. (2016b). Disponível em: <<https://www.playthegame.org/knowledge-bank/publications/report-of-the-independent-observers-games-of-the-xxxi-olympiad-rio-de-janeiro-2016/f15a1237-66df-4771-84a7-a77400e95f11>>. Acesso em: 01/03/2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações educativas 34

Aprendizagem 50, 52, 58, 117, 118, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 141, 166

Aptidão física 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 71, 73, 78, 79, 80, 83, 88, 91, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167

Atividade física 8, 12, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 46, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 75, 78, 81, 92, 96, 97, 112, 114, 141, 145, 166, 167, 170, 188, 189, 194, 197

C

Comportamento Sedentário 10, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Conhecimento 2, 8, 28, 32, 41, 48, 57, 72, 78, 79, 80, 84, 88, 95, 117, 120, 135, 140, 142, 159, 160, 174

D

Deficiência visual 9, 50, 51, 53, 58, 59

Desenvolvimento 6, 6, 15, 28, 30, 36, 37, 50, 51, 52, 54, 58, 63, 69, 78, 96, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 121, 124, 125, 126, 127, 135, 146, 148, 149, 159, 165, 166, 167, 169, 182, 183, 193

E

Esportivo 9, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 72, 78, 84, 111, 147, 154

Estresse 1, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 17, 18, 22, 58, 67, 111, 112, 146

F

Fatores de riscos 44, 46, 164

Formação 9, 4, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 42, 43, 44, 117, 123, 127, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 140, 142, 143, 160, 182, 184, 185

Funcionalidade 50, 187, 189, 192, 193

G

Gestão 23, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 142, 197

I

Intensidade 7, 16, 17, 18, 19, 52, 59, 86, 100, 101, 104, 121, 125, 134, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 160, 164, 166, 170, 171

M

Mapeamento 34, 104, 137

P

Parkinson 9, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11

Patologia 8, 150

Percepção de saúde 10, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Plano alimentar 73, 85, 90

Políticas educativas 33, 34, 35

Preparação 16, 17, 30, 70, 72, 73, 76, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 174, 183

Preparo 13, 14, 16, 17, 72, 78

Prevenção 22, 25, 26, 32, 33, 34, 37, 46, 66, 72, 78, 100, 108, 128, 131, 134, 165

Profissionais de saúde 17, 135, 142

Promoção da saúde 8, 58, 63, 66, 106, 109, 112, 141, 160, 164, 167

R

Reabilitação 51, 52, 55, 56, 58, 95, 101, 104, 144

Redução do risco 17

Rendimento 18, 30, 31, 32, 71, 72, 73, 78, 79, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 173, 174, 181, 185

Resistência 17, 22, 86, 87, 108, 164, 165, 173

S

Saúde Pública 20, 67, 80, 95, 133, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 164, 170, 197

Segurança 13, 14, 16, 19, 20, 21, 57, 108

T

Tecnologias 50, 51, 53, 56, 57, 58, 130

MOVIMENTO HUMANO, SAÚDE E DESEMPENHO

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

MOVIMENTO HUMANO, SAÚDE E DESEMPENHO

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 